

economia

Editora: Fernanda Crancio
economia@jornaldocomercio.com.br

Endividamento segue alto no RS; perfil de dívidas preocupa

Rio Grande do Sul possui mais de 4 milhões de inadimplentes

/ CRÉDITO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

O endividamento das famílias gaúchas atravessou o último semestre praticamente sem oscilações relevantes, mas a leitura mais detalhada dos dados mostra um cenário menos confortável do que a estabilidade sugere. Entre setembro de 2025 e fevereiro de 2026 (último mês com dados divulgados), a proporção de famílias com dívidas no Rio Grande do Sul permaneceu próxima de 85%, enquanto a inadimplência voltou a crescer na margem - e o comprometimento da renda atingiu os maiores níveis em anos.

Os números da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência das Famílias (PEIC), da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado (Fecomércio-RS), mostram que o percentual de endividados saiu de 84,1% em setembro para 84,7% em fevereiro, com pequenas oscilações no período. Apesar do nível elevado, o indicador segue bem abaixo do registrado em 2024, quando superava os 90%.

A estabilidade no curto prazo e queda em comparação com o ano retrasado, porém, não repre-

senta necessariamente um alívio. No mesmo intervalo, o percentual de famílias com contas em atraso avançou de 23,4% para 27% da população, indicando piora gradual no início de 2026. O movimento ocorre após meses de relativa acomodação e reforça a leitura de que o orçamento segue pressionado.

Para o economista Gustavo Inácio de Moraes, o dado central não está na proporção de endividados, mas na qualidade desse endividamento. “Quando a gente fala em 84% das famílias com dívidas, isso inclui qualquer tipo de crédito. O que chama atenção mesmo é o percentual de famílias com contas em atraso, que gira em torno de um quarto dos gaúchos. Isso, sim, é bastante forte”, afirma.

Outro indicador do PEIC ajuda a entender esse aperto: a parcela da renda comprometida com dívidas. Ao longo do semestre, esse percentual subiu de 29,2% em setembro para 29,5% em dezembro - o maior nível desde 2019 - e segue elevado. Na prática, quase um terço da renda das famílias está comprometida, o que reduz a capacidade de consumo e aumenta o risco de inadimplência.

Esse peso é ainda maior entre as famílias de menor renda, onde a inadimplência vem superando os 30% neste início de 2026. O sal-

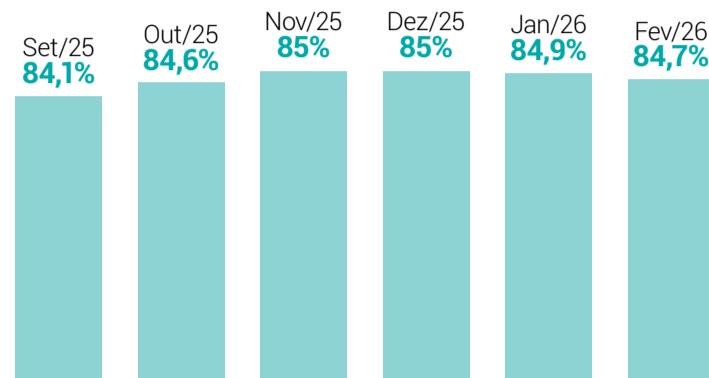
do final é uma bola de neve que, por ser difícil de sair, pode aprofundar desigualdades sociais.

Os dados da Serasa reforçam essa leitura. Dentro do mesmo recorte temporal, a inadimplência no Estado ficou praticamente estável em torno de 45% da população adulta. Em fevereiro, até houve um recuo mais expressivo, para 41,15%; mesmo assim, o nível segue alto: são mais de 4 milhões de inadimplentes no Estado, com um total superior a R\$ 30 bilhões em dívidas. Para a especialista da Serasa em educação financeira, Aline Vieira, o recuo recente não indica, por enquanto, uma mudança estrutural. “Ainda é cedo para afirmar que se trata de uma tendência consistente. O mais provável é que seja um movimento pontual, dentro de um cenário que ainda exige cautela”, contextualiza.

Parte da melhora observada nos indicadores mais críticos ao longo do semestre pode ser explicada, segundo os economistas, por um ajuste no perfil das dívidas. Com juros elevados, muitas famílias passaram a trocar dívidas mais caras por modalidades com custo menor, o que ajuda a reduzir indicadores mais graves, mas mantém o nível geral de endividamento elevado.

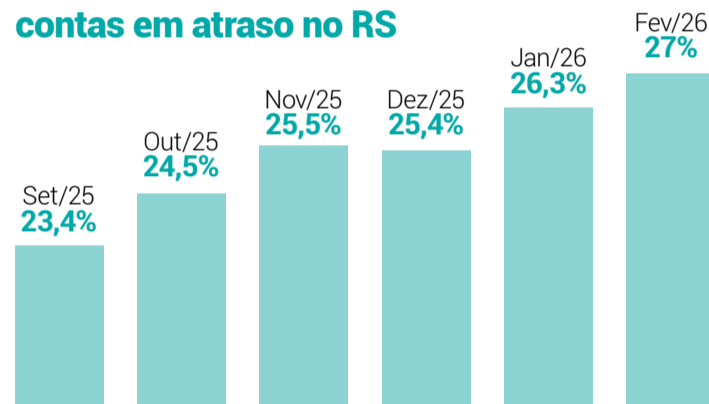
Ao mesmo tempo, fatores sa-

Percentual de famílias endividadas no RS



FORNTE: FECOMÉRCIO-RS

Percentual de famílias com contas em atraso no RS



FORNTE: FECOMÉRCIO-RS

zonais ajudam a explicar as piores recentes. O início do ano concentra despesas como impostos e material escolar, além da ausência do décimo terceiro salário, o que tende a pressionar o orçamento e elevar a inadimplência.

Segundo Aline, esse cenário revela um quadro de fragilidade financeira. “Muitas famílias estão operando no limite do orçamento. Em uma pesquisa realizada pela Serasa, em janeiro de 2026, o custo médio mensal dos gaúchos é de

R\$ 3.360,00. Isso mostra que, além da renegociação, é fundamental investir em educação financeira e planejamento para quebrar esse ciclo”, afirma.

Na avaliação de Moraes, o cenário deve seguir desafiador ao longo de 2026. “A gente já vê sinais de desaceleração da economia e isso tende a afetar o mercado de trabalho. Se a renda perde força e os juros seguem altos, a tendência é de pressão sobre a capacidade de pagamento”, finaliza.

Brasileiros com dívidas chegam a 80,4% em março, diz CNC

Os brasileiros ficaram mais endividados na passagem de fevereiro para março, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A proporção de famílias com dívidas subiu de 80,2% em fevereiro para um recorde de 80,4% em março. Em março de 2025, esse percentual era de 77,1%.

Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). Segundo a CNC, o endividamento deve seguir em alta até que os efeitos do recente ciclo de cortes na taxa básica de juros, a Selic, cheguem efetivamente ao consumidor final. “Somado aos juros altos, a alta dos preços do diesel e combustíveis em geral tem gerado incerteza inflacionária. Esse aumento logístico repercute nos



MARCO QUINTANA/IC

No mesmo período de 2025, proporção de famílias endividadas era 77,1%

preços das mercadorias, reduzindo o poder de compra e forçando o uso de crédito para despesas básicas”, acrescentou a CNC, em relatório.

A pesquisa considera como dívidas as contas a vencer nas modalidades cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja,

crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa. “A elevada taxa Selic é, há meses, um desafio para quem empreende e para quem consome”, manifestou o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, em nota.

Durigan afirma que apresentou a Lula plano para enfrentar situação

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou ontem que apresentou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o desenho do que podem ser as medidas contra o endividamento das famílias. Ele não quis adiantar quais serão as propostas e nem quando devem ser anunciadas, apesar de citar “próximos dias” ao ser perguntado.

“A gente tratou com o presidente hoje (ontem) sobre. Foi uma primeira apresentação do desenho das medidas como um todo. A gente já fez uma primeira reunião com ele sobre o diagnóstico que a gente tem da correlação entre a taxa de juros e o endividamento das famílias”, afirmou o ministro.

Ainda sobre as medidas con-

tra o endividamento, ele adiantou que deve haver mais de uma linha de renegociação de dívidas como para pessoas físicas, MEIs, famílias, pequenas empresas e trabalhadores informais, por exemplo.

Estaria em discussão também uma forma de limitar que essas pessoas que tivessem as dívidas renegociadas e ganhassem descontos fossem impedidas de contrair novas dívidas com certos estabelecimentos como as bets.

Perguntado, Durigan não descartou um uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nessas medidas. Disse, entretanto, que os potenciais riscos para o fundo estão em análise interministerial.